



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

9632

Presidente da Mesa Diretora: José Marcos Martins de Freitas

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Não votados e/ou não tramitados

Autoria: Daniel Dias da Silva

Data: 03/12/2019

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 165/2019. (NÃO VOTADO). Acrescenta o artigo 8º à Lei nº 3.830, de 26/11/2007, que dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Incentivo à Cultura, do Conselho Municipal de Cultura, do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura, e dá outras providências.

Controle Interno – Caixa: 26.10

Posição: 19

Número de folhas: 05

Espécie: PL

Categoria: Projetos de Lei/Resoluções

CX: 26.10

Ordem: 19

Nº fls: 03



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 165/2019

AUTOR:

Ver. Daniel dias da Silva

ASSUNTO:

Acrescenta o Artigo 8º -A a Lei 3.830 de 26 de novembro de 2007

qu " ~~Dispõe sobre a Criação do sistema Municipal de Incentivo a~~
~~Cultura, do Conselho Municipal de Cultura, do Fundo Municipal~~
~~de Incentivo à Cultura, e dá Outras Providências~~".

MOVIMENTO

- 1 -
- 2 -
- 3 - Entrada em -03/12/2019
Comissão Legislação e Justiça.
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 - Entrada 04/12/19



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Projeto de Lei nº 165/2019

Acrescenta o art. 8º-A a Lei 3.830 de 26 de novembro de 2007 que "Dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Incentivo a Cultura, do Conselho Municipal de Cultura, do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura, e dá outras providências."

Os cidadãos do Município de Montes Claros/MG, por seus legítimos representantes na Câmara Municipal, aprovam e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:


Art. 1º – Fica acrescentado a Lei nº3.830 de 26 de novembro de 2007 o seguinte art.8º-A:

"Art. 8º-A – Incorrerá em crime de responsabilidade o Prefeito, Secretário ou equivalente, que não aplicar, anualmente, o referido valor estipulado no art. 24, Inciso I desta Lei."

Art. 2º – Revogam-se disposições em contrário.

Art3º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Montes Claros, 03 de dezembro de 2019.


Daniel Dias
Vereador pelo PCdoB



201

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 03 DE DEZEMBRO DE 2019
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Justificativa

Este Projeto de Lei visa não a punição ao Gestor Municipal caso não haja a aplicação de verbas para o SISMIC, e sim a importância crescente de valorizar a nossa cultura que a tanto vem sendo deixada em plano secundário nas administrações municipais. Para tanto, a sociedade vem se valer desse expediente jurídico para que haja a prestabilidade pecuniária as causas culturais do nosso Município.

A concessão de incentivos financeiros visa o crescimento do setor cultural e impacta toda a cadeia econômica em nossa região, todos aqueles que comerciam ou prestam serviços a este setor. Transcendendo a questão monetária, dá acensão a segmentos sociais antes deixados a margem pela sociedade, gerando desenvolvimento socioeconômico.

Salientamos aqui o Art. 215 da nossa Carta Magna que nos garante o pleno direito cultural e acesso à cultura, e também emergimos o Art. 212 da Lei Orgânica desta Cidade e ratifico que o Gestor Municipal age contra a esta mesma Lei que diz, com clareza solar, que o Município garantirá apoio, incentivo e difusão das manifestações da Nossa Cultura.

Assim sendo, peço que meus Egrégios Pares votem a favor deste Projeto de Lei em defesa não só dos nossos movimentos culturais e, outrossim, da cultura montes-clarense.


Daniel Dias
Vereador pelo PCdoB



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 165/2019 que “Acrescenta o Artigo 8º-A a Lei 3.830 de 26 de novembro de 2007 que “Dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Incentivo a Cultura, do Conselho Municipal de Cultura, do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura e dá outras providências.”, de autoria do vereador Daniel Dias da Silva.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


O projeto sob comento tem como finalidade tornar crime de responsabilidade para o prefeito, secretário ou equivalente a não aplicação dos valores estipulados no artigo 24 inciso I da Lei 3.830/07.

Os chamados “crime de responsabilidade” dos prefeitos estão elencados no Decreto Lei 201/67 não podendo ser alterado por lei Municipal, como pretendido.

Em face ao exposto, o Projeto de Lei fere e contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo Inconstitucional.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 04 de dezembro de 2019.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605